



RESOLUÇÃO Nº 415 /2003 - CG

Dispõe sobre os serviços especiais do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, o cadastramento de seus operadores e as formas de licenciamento, conforme processo nº 22679790/2003.

O CONSELHO DE GESTÃO DA AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas competências legais e,

Considerando que o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro 1999, estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentados pelo Presidente da **AGR**, deverão ser deliberados pelo seu Conselho de Gestão;

Considerando que a Diretoria Executiva da AGR é dotada de poderes para exercer a regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 14 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e art. 39 do Decreto 5.569 de 18 de março de 2002;

Considerando que compete à AGR regular, controlar e fiscalizar o serviço especial de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando que é necessário regulamentar os serviços especiais do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás que independam de licitação,

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar os serviços especiais de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, que independem de licitação e o cadastramento de seus operadores, bem como as formas de autorização para execução dos referidos serviços, nos termos desta Resolução.

Capítulo I
Do âmbito da aplicação

Art. 2º - Esta Resolução estabelece os procedimentos a serem adotados pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR para autorização, cadastramento e licenciamento de empresas para a prestação de serviços especiais de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado de Goiás.



Seção I
Das modalidades

Art. - 3º - Os serviços especiais de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Goiás, que independem de licitação, são classificados em:

- I – serviço especial de fretamento eventual ou turístico;
- II – serviço especial de fretamento contínuo;
- III - serviço especial vinculado.

Art. 4º - Os serviços especiais mencionados no artigo anterior, somente poderão ser executados por pessoa jurídica autorizada e cadastrada na AGR.

Parágrafo único – A execução do serviço especial de fretamento eventual ou turístico, serviço especial de fretamento contínuo ou serviço especial vinculado, por pessoa jurídica ou por pessoa física, sem a devida autorização legal, é caracterizado como transporte clandestino.

Seção II
Das definições

Art. 5º - Para efeito de interpretação desta Resolução, entende-se por:

I - AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos;

II – autorização – delegação ocasional para prestação de serviços de transporte em caráter emergencial ou especial;

III - CRE - certificado de registro autorizativo especial;

IV - CRF - certificado de registro autorizativo para fretamento;

V - CNPJ - cadastro nacional da pessoa jurídica

VI - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo;

VII - licença: autorização ocasional, por prazo limitado ou viagem certa, para prestação de serviços de transporte em caráter de emergência ou especial;

VIII - serviço especial vinculado – viagem realizada com veículo próprio, sem cobrança de passagem, para transporte de pessoas com vinculação direta em relação às atividades da empresa ou instituição requerente, com prévia licença da AGR;



IX - serviço de fretamento eventual ou turístico – é o serviço prestado a pessoa ou a um grupo de pessoas, sem cobrança individual de passagem, em circuito fechado, com emissão de nota fiscal e lista de pessoas transportadas, de ida ou de ida e volta, por viagem, realizada entre dois ou mais municípios do Estado de Goiás, com prévia licença da AGR;

X - serviço de fretamento contínuo - é o serviço prestado sem cobrança individual de passagem, com prazo de duração máximo de três meses e não inferior a trinta dias, podendo ser prorrogado em até três vezes, totalizando doze meses e quantidade de viagens estabelecidas, com contrato expresso entre a transportadora e o seu cliente, com prévia licença da AGR:

a) a pessoas jurídicas para o transporte de seus empregados e/ou de pessoas físicas;

b) a instituições de ensino ou agremiações estudantis para transporte de seus alunos, professores ou associados, estas últimas desde que legalmente constituídas;

XI - seguro de responsabilidade civil - é o contrato que prevê a cobertura para garantir a liquidação de danos causados aos passageiros e seus dependentes, em virtude de acidente quando da realização da viagem em veículos que operam os serviços mencionados nesta Resolução, obrigatoriamente discriminados nas respectivas apólices;

XII – RCO – seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória.

Parágrafo único – Para os fins do inciso VIII deste artigo entende-se, também, como veículo próprio, os cedidos a título de comodato a entidades públicas ou sem fins lucrativos.

Seção III Do cadastro e habilitação

Art. 6º - As empresas, para prestação do serviço de transporte rodoviário especial sob regime de fretamentos eventual ou turístico, contínuo e/ou especial vinculado, deverão se inscrever no registro cadastral de empresas da AGR.

§ 1º - Para as empresas habilitadas no regime de fretamento eventual ou turístico e/ou fretamento contínuo, a AGR emitirá o certificado de registro autorizativo para fretamento – CRF.

§ 2º - Para as empresas habilitadas no regime de serviço especial vinculado, a AGR emitirá o certificado de registro autorizativo especial – CRE.

Art. 7º - A habilitação de empresas no registro cadastral, referido neste título, deverá ser requerida ao Diretor de Fiscalização de Serviços Públicos e protocolizado na AGR, acompanhado, além da documentação específica, quando for o caso, dos seguintes documentos:



I - ato constitutivo ou contrato social em vigor, cujo objeto seja compatível com a atividade a cadastrar, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores;

II - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

III - prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - certidão negativa de débito (CND), atualizada, expedida pelo INSS;

V - certificado de regularidade de situação do FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

VI - certidão de quitação da dívida ativa da União;

VII - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa;

VIII - certidão negativa de débito perante a AGR;

IX - “nada consta” do veículo no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, documento original;

X - “nada consta” do veículo na Polícia Rodoviária Federal, documento original;

XI - relação dos veículos a serem cadastrados na AGR, acompanhada de cópia dos respectivos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV e seguro obrigatório – DPVAT, emitidos pelo DETRAN;

XII - laudo de inspeção veicular expedido pela AGR ou empresa por ela credenciada;

XIII - apólice de seguro de responsabilidade civil, em vigor, contratada na forma legal e onde conste a identificação do veículo, na seguinte forma:

a) para ônibus, o seguro de responsabilidade civil deve ser o RCO, com cobertura de, no mínimo, R\$ 1.343.665,00 (um milhão, trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), por veículo e evento, que se destinará à composição de danos causados aos passageiros do veículo sinistrado ou aos seus dependentes, atualizadas anualmente na data de seu vencimento;

b) para microônibus, o seguro deve ser o RCO, com cobertura de, no mínimo, 50% do previsto na alínea “a” deste inciso.

c) quando o veículo a ser cadastrado for de propriedade de sócio da pessoa jurídica e/ou estiver em nome de terceiros, o seguro de responsabilidade civil, deverá estar em nome da pessoa jurídica registrada, devendo constar da apólice a respectiva caracterização do veículo;



XIV – contrato de locação do veículo registrado em cartório, com prazo de vigência não inferior a três meses e não superior a doze meses, quando este não estiver em nome da pessoa jurídica a ser registrada;

XV – carta de anuência emitida pelo agente financeiro, quando o veículo for objeto de arrendamento mercantil.

XVI – certidão negativa criminal prevista no artigo 329 do Código de Trânsito Brasileiro, do condutor do veículo, expedida pelo cartório distribuidor do local de sua residência nos últimos cinco anos.

§ 1º - A empresa deverá indicar em seu requerimento o regime (serviço de fretamento eventual ou turístico, serviço de fretamento contínuo ou serviço especial vinculado) em que pretende se registrar.

§ 2º - Os documentos exigidos para o registro cadastral poderão ser apresentados em original e/ou por cópia autenticada, exceto os documentos mencionados nos incisos IX e X deste artigo, que devem ser apresentados em original.

Seção IV Da documentação específica

Art. 8º - Para a habilitação no registro cadastral de serviço de fretamento eventual ou turístico, a empresa deverá apresentar também os seguintes documentos:

I - certificado de registro na EMBRATUR;

II - para agências de turismo, o certificado de registro e classificação da agência na EMBRATUR;

III - a agência de turismo, que não disponha de veículos próprios, para atender o disposto no inciso XI, do artigo 7º desta Resolução, deverá apresentar o contrato de afretamento, acompanhado dos respectivos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV e o seguro obrigatório – DPVAT, emitidos pelo DETRAN e atender as demais exigências daquele artigo.

Art. 9º - Para a habilitação no registro cadastral de serviço de fretamento contínuo para transporte escolar, a empresa deverá apresentar também o certificado do curso de direção defensiva do condutor do veículo, ministrado por instituição reconhecida por órgãos de trânsito.

Seção V Dos certificados de registros

Art. 10 - No certificado de registro autorizativo para fretamento - CRF constará:

I - razão social da empresa;



II – nome de fantasia da empresa;
III - inscrição no CNPJ;
IV - endereço, número do telefone, do fax e do e-mail;
V - número do certificado de registro autorizativo para fretamento - CRF e sua validade;
VI - indicação do regime do serviço (fretamento eventual ou turístico, contínuo ou escolar);
VII - número do processo administrativo em que a empresa foi registrada;
VIII - data da emissão do certificado de registro autorizativo para fretamento – CRF;
IX - nome e assinatura do Diretor de Fiscalização de Serviços Públicos da AGR.

Art. 11 - No certificado de registro autorizativo especial – CRE, constará:

I - razão social da empresa;
II - nome de fantasia;
III - inscrição no CNPJ;
IV - endereço, número do telefone, do fax e do e-mail;
V - número do certificado de registro autorizativo especial – CRE e sua validade;
VI - indicação do regime do serviço (especial vinculado);
VII - número do processo administrativo em que a empresa foi registrada;
VIII - data de emissão do certificado de registro autorizativo especial – CRE;
IX - nome e assinatura do Diretor de Fiscalização de Serviços Públicos da AGR.

Art. 12 - O certificado de registro de que trata este título terá validade de um ano, a partir da data de sua emissão, podendo ser renovado, desde que cumpridas as disposições desta Resolução e requerido com antecedência mínima de trinta dias de seu vencimento.

Art. 13 - A empresa deverá manter atualizada e à disposição da AGR, toda a documentação mencionada no art. 7º desta Resolução, que poderá, em qualquer tempo ser exigida para comprovação da regularidade jurídica e fiscal e atualização cadastral.



Parágrafo único - A empresa é obrigada a comunicar à AGR, no prazo de quinze dias, sob pena de cassação de seu certificado, a superveniência de fato que altere sua regularidade jurídico-fiscal e técnico-operacional, relativa à perda de validade dos documentos mencionados no art. 7º desta Resolução.

Seção VI

Do processo para registro cadastral

Art. 14 - É de trinta dias úteis o prazo para a tramitação do processo de registro cadastral, contados da entrada completa da documentação no protocolo da AGR, na seguinte forma:

I - autuado, o processo será encaminhado à Diretoria de Fiscalização de Serviços Públicos da AGR, que o remeterá à Assessoria Jurídica para analisar e emitir parecer;

II - caso esteja incompleta a documentação, a Assessoria Jurídica devolverá o processo à Diretoria de Fiscalização de Serviços Públicos da AGR, que notificará o interessado para sanar a irregularidade, no prazo de trinta dias corridos, sob pena de seu arquivamento.

III - atendidas as exigências para o registro cadastral, a Assessoria Jurídica elaborará minuta de Resolução para apreciação da Diretoria Executiva da AGR;

IV - autorizado o cadastramento, a Diretoria de Fiscalização de Serviços Públicos da AGR, emitirá o certificado de registro cadastral na modalidade requerida;

Capítulo II Das Licenças Especiais

Seção I

Das licenças de fretamento eventual ou turístico

Art. 15 – As licenças de fretamento eventual ou turístico só serão expedidas se atendidos os seguintes requisitos:

I – requerimento padrão para prestação de serviço especial sob o regime de fretamento eventual ou turístico dirigido previamente às Divisões Regionais de Fiscalização de Serviços Públicos, por protocolo ou por meio de fax;

II - cópia da nota fiscal correspondente a viagem, discriminando o seu itinerário;

III – relação dos passageiros, contendo o nome e o número da respectiva identidade, devendo a mesma estar fechada após o último nome e conter o carimbo e a assinatura do representante credenciado da empresa, seguida de linha transversal aposta na parte não utilizada da operação, sem rasuras.



Parágrafo único – Além da licença expedida pela AGR, são de porte obrigatório no veículo durante a viagem, os seguintes documentos:

I - cópia do certificado de registro autorizativo para fretamento eventual ou turístico – CRF, emitido pela AGR, com indicação do prazo de validade;

II - cópia da nota fiscal correspondente a viagem, discriminando o seu itinerário;

III – relação dos passageiros, contendo o nome e o número da respectiva identidade, devendo a mesma estar fechada após o último nome e conter o carimbo e a assinatura do representante credenciado da empresa, seguida de linha transversal aposta na parte não utilizada da operação, sem rasuras;

IV - certificado anual de inspeção médica do motorista;

V – apólice de seguro de responsabilidade civil, em vigor, contratada na forma e condições estipuladas nesta Resolução, onde conste a identificação do veículo utilizado na viagem;

VI – certificado de segurança veicular – CSV;

VII – certidão negativa criminal prevista no inciso XVI, do artigo 7º desta Resolução;

VIII – e, nos casos de contrato de locação, o documento que comprove o vínculo empregatício ou societário do condutor do veículo.

Seção II

Das licenças para fretamento contínuo

Art. 16 – As licenças de fretamento contínuo só serão expedidas se atendidos os seguintes requisitos:

I - requerimento para prestação de serviço especial sob regime de fretamento contínuo dirigido ao Diretor de Fiscalização de Serviços Públicos e protocolizado na AGR;

II - cópia do contrato de prestação de serviço firmado com a entidade pública ou com a empresa contratante;

III - relação dos passageiros, contendo o nome e o número da respectiva identidade, devendo a mesma estar fechada após o último nome e conter o carimbo e a assinatura do representante credenciado da empresa, seguida de linha transversal aposta na parte não utilizada da operação, sem rasuras;

IV - roteiro da viagem assinado pelo contratante;

V - quadro indicativo dos horários e dias da semana em que será realizado o serviço;

Parágrafo único - Além da licença expedida pela AGR, são de porte obrigatório no veículo durante a viagem, os seguintes documentos:



I - cópia do certificado de registro autorizativo para fretamento contínuo – CRF, com indicação do prazo de validade;

II - cópia do contrato de prestação de serviço firmado com a entidade pública ou com a empresa contratante;

III - relação dos passageiros, contendo o nome e o número da respectiva identidade, devendo a mesma estar fechada após o último nome e conter o carimbo e a assinatura do representante credenciado da empresa, seguida de linha transversal aposta na parte não utilizada da operação, sem rasuras;

IV - roteiro da viagem assinado pelo contratante;

V – certificado anual de inspeção médica do motorista;

VI – apólice de seguro de responsabilidade civil, em vigor, contratada na forma e condições estipuladas nesta Resolução, onde conste a identificação do veículo utilizado na viagem;

VII – certificado de segurança veicular – CSV;

VIII – certidão negativa criminal prevista no inciso XVI, do artigo 7º desta Resolução;

IX – e, nos casos de contrato de locação, o documento que comprove o vínculo empregatício ou societário do condutor do veículo.

Seção III

Das licenças para fretamento contínuo para transporte escolar

Art. 17 - O requerimento para prestação de serviço especial sob regime de fretamento contínuo para transporte escolar será dirigido ao Diretor de Fiscalização de Serviços Públicos e protocolizado na AGR, apresentando a seguinte documentação:

I - cópia do contrato de prestação de serviço firmado entre as partes;

II - relação dos alunos a serem transportados, contendo o nome e o número do respectivo documento de identidade, devendo a mesma estar fechada após o último nome e conter o carimbo e a assinatura do representante legal da empresa, seguida de linha transversal aposta na parte não utilizada da operação, sem rasuras;

III - declaração dos pais ou responsáveis pelos alunos, informando e concordando com a prestação dos serviços, se menores de idade;

§ 1º - Além da licença expedida pela AGR, são de porte obrigatório no veículo durante a viagem, os seguintes documentos:

I - cópia do certificado de registro autorizativo para fretamento contínuo para transporte escolar – CRF, com indicação do prazo de validade;



II - cópia do contrato de prestação de serviço firmado entre as partes;

III - relação dos alunos a serem transportados, contendo o nome e o número do respectivo documento de identidade, devendo a mesma estar fechada após o último nome e conter o carimbo e a assinatura do representante legal da empresa, seguida de linha transversal aposta na parte não utilizada da operação, sem rasuras;

IV - cópia do certificado do curso de direção defensiva do condutor do veículo, ministrado por instituição reconhecida por órgãos de trânsito.

V - certificado anual de inspeção médica do motorista;

VI - apólice de seguro de responsabilidade civil, em vigor, contratada na forma e condições estipuladas nesta Resolução, onde conste a identificação do veículo utilizado na viagem;

VII - certificado de segurança veicular - CSV;

VIII - certidão negativa criminal prevista no inciso XVI, do artigo 7º desta Resolução;

IX - e, nos casos de contrato de locação, o documento que comprove o vínculo empregatício ou societário do condutor do veículo.

§ 2º - Em caso de substituição de alunos a serem transportados, a empresa deverá encaminhar à AGR termo aditivo ao contrato e relação adicional de alunos nos termos dos incisos II e III deste artigo.

Seção IV

Das licenças especiais vinculadas

Art. 18 - A licença especial vinculada será emitida por veículo, com prazo determinado e não superior a um ano, mediante requerimento dirigido ao Diretor de Fiscalização de Serviços Públicos e protocolizado na AGR.

§ 1º - No caso de transporte por licença especial vinculada, as pessoas transportadas devem portar documentos que caracterizem o seu vínculo com a instituição transportadora, para serem apresentados em caso de fiscalização por parte da AGR.

§ 2º - A licença especial vinculada só poderá ser renovada quando obedecido os requisitos exigidos para a sua concessão.

§ 3º - Além da licença expedida pela AGR, são de porte obrigatório no veículo durante a viagem, os seguintes documentos:

I - cópia do certificado de registro autorizativo especial - CRE;

II - certificado anual de inspeção médica do motorista;



III – apólice de seguro de responsabilidade civil, em vigor, contratada na forma e condições estipuladas nesta Resolução, onde conste a identificação do veículo utilizado na viagem;

IV – certificado de segurança veicular – CSV;

V – certidão negativa criminal prevista no inciso XVI, do artigo 7º desta Resolução;

Capítulo III Dos emolumentos

Art. 19 – O emolumento de cadastramento e/ou recadastramento, a ser recolhido à AGR no ato de entrega do certificado de registro, é de duas mil vezes o valor do coeficiente tarifário para rodovia tipo Piso I para as empresas com frota registrada de até dois veículos e o adicional de cem vezes o valor do coeficiente tarifário para rodovia tipo Piso I por veículo que exceder esta quantidade.

Art. 20 – O valor do emolumento da inspeção veicular, a ser recolhido a AGR, será definido em resolução da Diretoria Executiva da AGR.

Art. 21 – As taxas para as autorizações ou licenças de fretamento eventual ou turístico e/ou fretamento contínuo, serão pagas em conformidade com o artigo 24, § 4º, inciso I, alíneas “a” e “b” da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 14.375, de 27 de dezembro de 2002.

Art. 22 - Para a concessão da licença especial vinculada, a requerente deverá recolher previamente à AGR, uma taxa correspondente a quinhentas vezes o valor do coeficiente tarifário para rodovia tipo Piso I.

Art. 23 - As taxas previstas neste título, serão calculadas com base no coeficiente tarifário para rodovia tipo Piso I, sem a inclusão do ICMS.

Capítulo IV Dos veículos

Art. 24 - Na execução dos serviços de que trata esta Resolução, somente poderão ser utilizados veículos do tipo ônibus e/ou microônibus.

I - não poderá ser cadastrado e licenciado veículo sem a devida inspeção veicular anual, que deverá ser feita por empresa devidamente credenciada pelo INMETRO;

II - o veículo de transporte escolar intermunicipal de passageiros, deverá ser caracterizado com uma faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico “ESCOLAR”, escrito na cor preta e para os veículos de carroceria na cor amarela, as cores indicadas deverão ser invertidas.



Trânsito Brasileiro;

III - os veículos deverão atender às exigências do Código de
IV - o veículo deverá estar equipado com registrador gráfico de
velocidade;

V - o veículo, em caso de venda e para fins de baixa no
cadastro da AGR, deverá ser descaracterizado.

§ 1º - Os veículos com mais de dez anos de fabricação da
carroceria e os de transporte escolar serão, obrigatoriamente, submetidos à inspeção
veicular semestral.

§ 2º - Para efeito de contagem da vida útil, será considerado o
ano de fabricação do veículo ou do primeiro encarroçamento do chassi, devidamente
comprovado por nota fiscal do encarroçador ou pela observação no Certificado de Registro
e Licenciamento do Veículo.

§ 3º - Quando o veículo novo (zero quilometro) for adquirido no
ano seguinte a sua fabricação, diretamente do fabricante ou de concessionário seu,
comprovado por nota fiscal, será considerado a data de entrega para a contagem da vida
útil.

Capítulo V Das proibições

Art. 25 - Na execução dos serviços de que trata esta
Resolução, é vedado:

I - o transporte de passageiros em pé, salvo no caso de
prestação de socorro, em decorrência de acidente ou avaria do veículo;

II - praticar a venda de passagem e emissão de passagens
individuais;

III - captar ou desembarcar passageiros no itinerário;

IV - utilizar-se de terminais rodoviários nos pontos extremos e
no percurso das viagens;

V - transportar encomendas ou bagagens desacompanhadas
nos veículos utilizados nos serviços de que tratam esta Resolução e nem transportados,
como bagagem, produtos que pelas características sejam considerados perigosos ou que
apresentem riscos, nos termos da legislação específica sobre transporte de produtos
perigosos, bem assim aqueles que sua forma ou natureza comprometem a segurança dos
veículos, de seus ocupantes, de terceiros, ou os que caracterizem tráfico de drogas,
contrabandos ou a prática de comércio pelo transportador;

VI - transportar pessoa não relacionada na lista de
passageiros;

VII - realizar trajeto diferente do especificado na licença;



VIII – utilizar-se de licença da AGR para realizar viagem de caráter de linha regular.

Capítulo VI
Das infrações e penalidades

Seção I
Das disposições gerais

Art. 26 - As infrações às disposições desta Resolução, bem como as normas legais ou regulamentares sujeitarão o infrator, conforme a natureza da falta, às seguintes penalidades:

- I - multa;
- II - retenção do veículo;
- III - apreensão do veículo;

Seção II
Das multas

Art. 27 – A pena de multa será aplicada nas hipóteses discriminadas observados as seguintes graduações:

I - multa de dez mil vezes o coeficiente tarifário, quando das seguintes situações:

- a) não ocorrer o disposto no artigo 4º desta Resolução e que será cobrada em dobro, em caso de reincidência nos últimos cento e oitenta dias;
- b) se ocorrer o disposto no inciso VIII do artigo 25 desta Resolução;

II - multa de duas mil vezes o coeficiente tarifário, quando das seguintes situações:

- a) não ocorrer o disposto no parágrafo único dos artigos 15, 16, § 1º e 2º do artigo 17 e/ou § 3º do artigo 18 desta Resolução;
- b) não ocorrer o disposto nos incisos II e V do artigo 24 desta Resolução;

III - multa de três mil vezes o coeficiente tarifário, quando das seguintes situações:

- a) não ocorrer o disposto no inciso IV do artigo 24 desta Resolução;
- b) se ocorrer o disposto nos incisos I, II, III, IV, V e VI do artigo 25 desta Resolução;



c) não ocorrer o disposto no artigo 34 desta Resolução;

IV – multa de mil vezes o coeficiente tarifário, se ocorrer a situação prevista no inciso VII do artigo 25 desta Resolução;

Parágrafo único - As multas serão calculadas com base no coeficiente tarifário para rodovia tipo Piso I, sem a inclusão do ICMS.

Seção III Da retenção do veículo

Art. 28 - A penalidade de retenção do veículo será aplicada sem prejuízo da multa cabível, toda vez que, da prática de infração resulte ameaça à segurança dos passageiros e, ainda, quando:

I - o veículo não apresentar condições de segurança;

II - não estiverem sendo observados os procedimentos de controle de trabalho e de descanso dos motoristas, assim como a comprovação de sua saúde física e mental;

III - o motorista apresentar, em serviço, sinais de embriaguez ou estar sob o efeito de substância tóxica;

IV - o veículo não estiver equipado com registrador gráfico;

V - o registrador gráfico estiver adulterado ou não contiver o disco-diagrama;

Seção IV Da apreensão do veículo

Art. 29 - A penalidade de apreensão do veículo, dar-se-á pelo período de setenta e duas horas, e em dobro na reincidência nos últimos cento e oitenta dias, sem prejuízo da multa cabível, nos seguintes casos:

I - houver embarque ou desembarque de pessoas ao longo do itinerário;

II - ocorrer a prática de venda ou emissão individual de bilhete de passagens;

III - a lista de pessoas não corresponder às efetivamente embarcadas e transportadas;

IV - houver o transporte intermediário de pessoas;

V - o veículo utilizar terminal rodoviário de passageiros de linha regular nos pontos extremos e nas localidades intermediárias da viagem;



VI - o veículo não portar, durante a viagem, cópia do registro cadastral da empresa e da respectiva licença de viagem.

VII – o veículo estiver realizando transporte não autorizado.

Capítulo VII Das disposições gerais

Art. 30 - O extrato da Resolução da Diretoria Executiva da AGR, que autorizar o registro cadastral, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Parágrafo único – o interessado pagará a despesa com a publicação, no valor correspondente a duas mil vezes o coeficiente tarifário para rodovia tipo Piso I, no prazo máximo de dez dias, a contar da data de sua notificação, sob pena de cancelamento do registro cadastral e arquivamento do processo.

Art. 31 - O regime de trabalho do motorista deverá observar o disposto na legislação trabalhista.

Art. 32 - Na ocorrência de evento que resulte morte ou ferimento de natureza grave ou leve e, em casos excepcionais, quando o interesse público assim o exigir, a transportadora deverá encaminhar à AGR, no prazo máximo de vinte e quatro horas, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, se disponível, acompanhada das seguintes informações:

I - tipo do serviço (fretamento eventual ou turístico, fretamento contínuo ou serviço especial vinculado);

II - data e hora da viagem e do evento;

III - número de passageiros;

IV - placa do veículo e o ano de fabricação do mesmo;

V - tipo do acidente ou a forma em que ocorreu o assalto;

VI - local do evento (rodovia, quilômetro, município);

VII - número de vítimas fatais e/ou com lesões corporais, seguidas da identificação das mesmas, quando possível;

VIII - local para onde foram transferidas as vítimas fatais (nome da instituição e da cidade);

IX - local onde está sendo prestada assistência médico-hospitalar às vítimas com lesões corporais (nome da instituição e da cidade).

Art. 33 - No caso de fretamento eventual ou turístico, o usuário poderá desistir da viagem, com a obrigatória devolução da importância paga, desde que se manifeste com antecedência mínima de três horas em relação ao horário da viagem contratada.



Parágrafo único – Será admitida, na lista de passageiros da viagem previamente autorizada, a inclusão ou substituição de no máximo quatro passageiros, devendo nesse caso, serem relacionados os nomes a serem incluídos, na lista de passageiros que foi devidamente assinada pelo responsável da autorização da viagem, conforme previsto no inciso III, do artigo 15.

Art. 34 – Na prestação dos serviços, as empresas deverão cumprir os requisitos de controle e segurança da operação, na forma desta Resolução e ainda as disposições constantes das Resoluções específicas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e do Instituto Brasileiro de Turismo -EMBRATUR.

Art. 35 – Nos casos de interrupção da viagem aplica-se o disposto no artigo 741 do Código Civil em vigor.

Art. 36 – A substituição de veículo decorrente de avaria, somente poderá ser feita por outro veículo de sua propriedade ou de terceiro, desde que devidamente cadastrado na AGR.

Art. 37 – Aplicar-se-ão aos autorizatários cadastrados na AGR com base na Resolução nº 042/2001, do Conselho de Gestão da AGR, até o vencimento dos respectivos cadastros, as penalidades previstas nesta Resolução.

Art. 38 - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Diretoria Executiva da AGR.

Art. 39 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº 118, de 12 de março de 2003, do Conselho de Gestão da AGR, a Resolução nº 103, de 14 de abril de 2003, da Diretoria Executiva da AGR e demais disposições em contrário.

**CONSELHO DE GESTÃO DA AGÊNCIA GOIANA DE
REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, EM GOIÂNIA,**
aos 16 dias do mês de junho de 2003.

WANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO
Vice-presidente do Conselho de Gestão